



Conflito de terras leva Comissão de Agricultura ao Oeste

(foto Solon Soares)

Uma área de aproximadamente 2700 hectares, nos municípios de Cunha Porã e Saudades, no Oeste, está em disputa por índios Guaranis, representados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), e cerca de 220 famílias de pequenos agricultores que residem naquela localidade desde a década de 20. A questão foi tema de audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), na tarde de quinta-feira (4), no ginásio da Sociedade Esportiva e Recreativa Auriverde, em Cunha Porã.



Mais de dois mil agricultores estiveram na audiência em Cunha Porã

Página 04

Votação de proposta salarial provoca polêmica

O clima na Assembléia Legislativa esteve tenso durante toda a sessão plenária de quarta-feira (10), quando foi debatido o Projeto de Lei nº 222/03, de origem governamental, e o substitutivo dos deputados Afrânio Boppré (PT) e Celestino Secco (PP), sobre a revisão salarial dos servidores. Enquanto o Executivo oferece 1% de reajuste mais abono de R\$ 100 para todos os servidores do Poder, o substitutivo aprovado pelas Comissões de Justiça e de Finanças, estabelece a reposição salarial imediata e retroativa a agosto em 1% para todos os servidores, e autoriza o governo a repor os salários, em um prazo de oito meses (30/04/2003), com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de maio de 2002 a maio de 2003, que atinge 19,36%.

O projeto acabou não sendo votado por não ter passado ainda, conforme o Regimento Interno da Casa, pela Comissão de Trabalho e Serviços Públicos, como alertou o presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), ao rejeitar requerimento apresentado à Mesa Diretora que pretendia votação direta em plenário. "Não houve concordância entre todos os líderes de bancada para poder trazer o projeto ao plenário para apreciação. Portanto vamos prosseguir como prevê o regimento", afirmou.

Página 07

Visita surpresa à Penitenciária



Deputada Odete e o diretor geral da penitenciária, Carlos Silva

da Grande Florianópolis, em São Pedro de Alcântara, na manhã de quinta-feira (11). O promotor de Justiça, Paulo Antonio Locatelli, e a vice-presidente do Conselho Penitenciário, Vera Lúcia Teixeira acompanharam a visita.

A suposta vítima de maus tratos, Alex Dutra, conhecido como "Lequinha", no entanto, foi liberada no final da tarde no dia 10, mesmo dia em que sua mãe fez as denúncias, pela manhã, na sessão da Comissão. A informação foi dada logo na chegada da comitiva pelo diretor geral, Carlos Alberto Pereira da Silva, que também negou a ocorrência de maus tratos. O preso foi libertado por força de alvará de soltura, emitido pela 4ª Vara Criminal da Capital. Lequinha, de acordo com o administrador, estava recluso no estabelecimento depois de ser transferido do Presídio da Capital. Odete de Jesus disse que teve boa impressão da situação em que se encontra o complexo e com as idéias da administração. (CA)

Para conferir de perto as denúncias da mãe de um detento de que seu filho estava sendo maltratado e obrigado a tomar líquidos do vaso sanitário, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), fez visita surpresa ao Complexo Penitenciário

Lançada 20ª Oktoberfest

Página 03

Composição das câmaras municipais, uma interpretação equivocada*

De alguns meses para cá, a composição numérica das câmaras municipais tem ocupado o tempo de parcela do Ministério Público. Entendem, os promotores que, em diversos municípios, o número de cadeiras estaria acima do previsto pela Constituição. Analisando a questão, entendo ser equivocada a interpretação dada pelo MP ao texto constitucional, nos itens que tratam do assunto. Eles não levam em conta, ao exigir a adequação dos parlamentos municipais, a intenção dos constituintes ao redigir a Constituição em 1988.

Mais do que interpretar a norma da Carta, é necessário a definição de uma fórmula científica para unificar a interpretação da Constituição brasileira que, neste caso, pode ser feita de diversas formas.

Dentro dos limites estabelecidos pelo estudo, cada câmara municipal definiria o seu número de vereadores, que pode ser mesmo a manutenção da atual situação. Diversos parlamentos municipais catarinenses já assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta para

enquadrar-se nas regras do MP, ou seja, reduzindo o número de vereadores já para as próximas eleições em 2004. É preciso refazer esse critério de ajuste de conduta.

A alteração no número de vereadores não significa, necessariamente, redução nos custos para os cofres municipais, uma vez que o Poder tem autonomia e o repasse é constitucional. O Executivo municipal é obrigado a remeter 6% do orçamento para a Câmara de Vereadores. Entendo que dizer que com menos vereadores a Câmara gastará menos não é uma conclusão correta e nem a fórmula mais adequada de se buscar o equilíbrio entre a representatividade e o custo com o Poder Legislativo.

Ao analisar a questão, não deixamos de louvar a intenção do Ministério Público em regularizar e bem interpretar a Constituição, embora não concordemos com o parecer dos promotores pois, insisto, de maneira alguma se pode igualar a necessidade de representação parlamentar de municípios com tamanhas diferenças no número de habitantes.

*Deputado Djalma Berger

SC-458: uma resposta do governo à região*

No dia 30 de agosto os resultados de um trabalho de muitos anos começaram a aparecer. O governador Luiz Henrique assinou a ordem de serviço para o início da pavimentação da rodovia SC-458. Para muitos, essa obra pode não ter a relevância merecida, mas quem conhece o trecho que liga os municípios de Capinzal, Zortéa e Campos Novos sabe o quanto a economia catarinense vai ganhar com o asfaltamento da rodovia.

Em pouco mais de 30 quilômetros a serem pavimentados, circulam hoje mais de 1,5 milhão de sacas de grãos produzidos na região. Entre os três municípios estão instaladas seis empresas cerealistas, com significativa capacidade para estocagem, uma delas pioneira em produção orgânica e que exporta para os mercados asiático, europeu e norte-americano. A empresa Perdigo Agroindustrial, também instalada às margens da SC-458, tem naquela região 241 aviários integrados e pecuaristas com um plantel de cinco mil animais. Atualmente, todo o tráfego da empresa é desviado pela SC-303, o que resulta em um atraso de uma hora e meia.

A obra vai custar cerca de R\$ 17 milhões, sendo que 50% desse valor será pago pelo Estado e a outra metade será financiada através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Porém, a conquista desses recursos foi uma tarefa árdua. No ano passado, quando o Programa BID IV, que liberaria R\$ 150 milhões para a pavimentação de rodovias catarinenses, entrou em votação, vi uma chance para a SC-458.

Foi quando meu voto no plenário da Assembleia Legislativa tornou-se decisivo. Mesmo contrariando alguns, sabia que deixaria toda a população de uma região muito feliz. Meu voto, naquele momento, estava acima de qualquer decisão partidária. Votei com meu povo, com minha região, votei favorável ao Programa BID IV, exigindo a inclusão da SC-458 nas estradas beneficiadas.

Dentro de 420 dias, prazo para a conclusão da obra, teremos mais uma importante rodovia asfaltada, que vai integrar o meio oeste do Estado, ligando o Vale do Rio do Peixe ao Planalto Sul, facilitando o acesso ao vizinho Estado do Rio Grande do Sul e melhorando a qualidade de vida de muitos catarinenses.

*Deputado Romildo Titon (PMDB)

Escola do Legislativo assina convênios

Para aproximar a Assembleia da comunidade, o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), o presidente e a diretora da Escola do Legislativo, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), e Carla Vieira Pedrozo, respectivamente, assinaram na terça-feira (9) protocolo de intenções e convênios com universidades e escolas de idiomas.

O protocolo de intenções firmado com a Udesc, através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), prevê o desenvolvimento do Projeto Pré-vestibular Comunitário. As aulas já iniciaram e estão marcadas para terminar em 19 de dezembro. Os professores bolsistas são cedidos pela Udesc e o espaço físico e o material didático são fornecidos pela Escola do Legislativo. "Esse curso noturno surgiu em função da demanda do curso matutino, cujas aulas começaram no mês passado, oferecendo 30 vagas: 15 para funcionários e dependentes da Assembleia e as outras 15 para movimentos sociais da Capital", afirmou a diretora da Escola.

Outros três convênios foram assinados. Com a Escola Superior de Educação Corporativa (ESEC), para cursos de graduação nas áreas de administração em finanças e marketing para servidores e dependentes. Os descontos variam de 20% a 36,5%, dependendo do número de participantes de uma mesma família. Com as escolas CCI e Alt Corporation, para o estudo da língua inglesa. Para estes o desconto é de 35%. "É mais uma oportunidade de qualificação dos servidores da Casa", declarou Morastoni. (RMPP)

Representantes de Cuba e Argentina na AL

O embaixador de Cuba no Brasil, Jorge Lezcano Perez, esteve na Assembleia na segunda-feira (8) e foi recepcionado pelo presidente, deputado Volnei Morastoni (PT). Entre os assuntos discutidos as possibilidades de intercâmbio entre Cuba e Santa Catarina, tanto no âmbito comercial, quanto cultural. Morastoni enfatizou a importância de Cuba na área de saúde, na qual é reconhecida mundialmente.

Ao cônsul da Argentina em Santa Catarina, Amadeo Waldo Palmoi, e ao presidente da Fundação da República Argentina em Santa Catarina, Ernesto Domingues, Morastoni assegurou que vai mobilizar os setores dedicados ao Mercosul no Legislativo (Comissão do Mercosul, presidida pelo deputado Nelson Göetten/PFL e União Parlamentar do Mercosul, na qual a Assembleia é representada pelo deputado Joares Ponticelli/PP), para intermediar institucionalmente questões relativas aos argentinos que moram no estado e os turistas vindos daquele país. Os dois vieram especialmente pedir apoio do Legislativo em visita no começo da noite de quarta-feira (10) à presidência. (TK/MMV)

Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilián, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

INSTITUCIONAL

Homenagens em plenário

Luiz Carlos Prestes

Em homenagem ao líder revolucionário Luiz Carlos Prestes, a Assembleia Legislativa, por iniciativa do presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), promoveu no dia 9 sessão solene para marcar sua trajetória na história do Brasil. "Conheci pessoalmente Prestes em 1986, em Itajaí. Lá recebi dele um exemplar com dedicatória do livro escrito por Jorge Amado - *Cavaleiro da Esperança*, sobre sua luta", relembrou Morastoni logo após a mostra de um vídeo sobre o revolucionário.

A sessão emocionou Maria do Carmo Ribeiro, companheira de Prestes que está lançando o livro "Meu Companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes". Filha de comunistas, conheceu na clandestinidade da luta pelos ideais do comunismo o homem com quem viveu e criou nove filhos, exilando-se em Moscou durante as décadas de 60 e 70. "Continuo acreditando nos ide-

ais que me uniram a Prestes", disse ela, aplaudida pelo governador Luiz Henrique da Silveira, que prestigiou a homenagem, assim como secretários estaduais, estudantes e deputados.

Prestes foi o protagonista de um dos episódios mais românticos e lendários da história brasileira do século XX ao comandar a "grande marcha" pelo interior do país, conhecida como Coluna Prestes. Durante 29 meses a Coluna percorreu 25.000 km, lutando contra as forças do governo. No final de 1926, após metade dos seus homens serem

mortos em consequência do cólera, e sem condições de continuar a luta, o movimento se refugiou na Bolívia. Em 45, com a anistia e o fim do Estado Novo, Prestes elegeu-se senador e assumiu a secretaria geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sua primeira mulher, Olga Benário, foi deportada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, que a entregou ao regime nazista alemão.

Prestes morreu em 7 de março de 1990, no Rio, transformando-se em um ícone da história contemporânea brasileira. (MMV)



Morastoni, Maria do Carmo e as deputadas Simone Schramm e Ana Paula Lima

Rede Record

O Legislativo prestou na segunda-feira (8) homenagem à Rede Record pelos 33 anos em Santa Catarina e 50 anos no Brasil. A deputada Odete de Jesus (PL), autora do requerimento da sessão especial, lembrou a importância da emissora para a evolução nos meios de comunicação, os equipamentos de alta tecnologia e a valorização da cultura local.

Ciro Barreto, presidente da Ordem dos Jornalistas do Brasil e um dos fundadores da TV Cultura, falou da democratização da comunicação social, da eficiência do jornalismo e da

excelência da programação. O presidente da Record em Santa Catarina, Cláudio Rodrigues, após receber das mãos da parlamentar a placa comemorativa pelo aniversário, parabenizou todos os funcionários e lembrou das evoluções ocorridas na emissora brasileira há mais tempo no ar.

Durante a sessão foi exibido um vídeo apresentando os programas veiculados em rede nacional e regional. O presidente da Alesc, Volnei Morastoni (PT), encerrou a solenidade destacando o sucesso da empresa de comunicação nesse meio século. (DAB)



Cláudio Rodrigues e a deputada Odete

20ª Oktoberfest lançada na Capital

Os moradores de Florianópolis sentiram o gostinho da segunda maior festa da cerveja do mundo, a Oktoberfest, na noite do dia 11, quando a partir das 19 horas, a música germânica que embala o público durante 17 dias nos pavilhões da Proeb em Blumenau tomou conta do Centreventos, na região central da Capital. O ritmo animado teve acompanhamento de chope e pratos típicos, ingredientes inseparáveis da festa. Tudo por conta do lançamento oficial da Oktoberfest, em sua 20ª edição, de 4 a 21 de outubro. Os deputados Sérgio Godinho

(PTB) e Nilson Nelson Machado - Duduco (PP), convidaram a todos para a festa. O governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, o prefeito de Blumenau, Décio Lima, e a deputada Ana Paula Lima (PT) marcaram presença no lançamento.

A mais alemã das festas catarinenses começou em 1984, criada para ser um evento local. Em dez dias, 102 mil pes-



Rainha, princesas, Vovô e Vovó Chopão

soas, número que na época representava mais da metade da população da cidade, deu um novo rumo à promoção. Em pouco tempo aquela festa da cerveja, que se diferenciava pela música, predominantemente germânica, com muito chope e comida típica da região, despertava a curiosidade de brasileiros de todos os pontos do país. A área da festa,

pe em Metro, os desfiles na rua com integrantes de clubes de caça e tiro, carros alegóricos e bandas, além de exposições de

foi ampliada com novos pavilhões, o número de dias subiu para 17 e bandas foram contratadas na Alemanha para acentuar o caráter germânico. O disputado concurso de Cho-

grupos folclóricos, complementam os atrativos desta que se tornou inspiração para uma série de outras festas em municípios vizinhos, as conhecidas "festas de outubro". Um pouco de tudo isso foi mostrado ao público da Capital no evento de quinta-feira, que teve a presença de autoridades municipais de Blumenau e das rainha e princesas da 20ª Oktoberfest. (MMV/SD)



Animação garantida pelas bandas que tocam na Festa

Demarcação de terras pela Funai preocupa agricultores

Scheila Dziedzic

Mais de duas mil pessoas estiveram presentes à audiência pública realizada em Cunha Porã pela Comissão de Agricultura. O comércio do município não abriu no período da tarde para que a comunidade pudesse participar e hipotecar apoio aos agricultores, que estão organizados no Movimento de Defesa da Propriedade, Dignidade e Justiça Social (DPD), criado em 2000, quando houve a ocupação pelos índios de terras na localidade de Linha Araçá.

O advogado do movimento, Leocir Roque Dacrocê; relatou que no dia 10 de julho de 2000 cerca de 150 índios Guaranis chegaram de ônibus trazidos de Nonaí, no Rio Grande do Sul, e ocuparam terras, em ação organizada, segundo ele, pelo Conselho Indigenista Missionário

(Cime).

A Justiça Federal concedeu a reintegração de posse aos agricultores, mas a Funai pediu ao Ministério da Justiça que aquela área seja demarcada como indígena. O antropólogo Hilário da Rosa, que fez um estudo antropológico por solicitação do DPD, diz que não há nenhum indício da presença anterior de guaranis na região, sustentando sua tese com a apresentação de ma-

pas etnológicas e livros de autores que estudam os guaranis.

O deputado Herneus de Nadal (PMDB), que solicitou a audiência, destacou que o momento é de expectativa em torno de uma solução e lembrou que situações como essa só contribuem com o êxodo rural. O agricultor Darci Pinheiro se manifestou contrário à proposta de emenda constitucional, de autoria do deputado Pedro Baldis-

sera-Padre Pedro (PT), que determina que o Estado indenize os agricultores pelas terras demarcadas. "Queremos manter a terra e acabar com essa angústia", disse. Linda Canton, do Movimento das Mulheres Agricultoras, questionou o antropólogo Hilário Rosa, o prefeito de Cunha Porã, Mauro de Nadal, e os deputados presentes com relação a suas habilitações profissionais e cargos públicos.

"Vocês têm um documento comprovando que são o que dizem ser? Quando nasce nosso filho, o registramos e temos um documento provando que ele é nosso filho. Alguém pode simplesmente vir e tomá-lo de nós? Não, pois temos um documento. Da terra nós temos a escritura. Se isso não tem valor, se nos tiram esse valor é porque este é um país que não tem mais lei.", desabafou a agricultora. (SD)



Deputados Rodrigues, Mariani e Herneus (ao microfone), durante a audiência



Agricultores querem solução que respeite seus direitos

CPI da Casan: testemunhos apontam má gestão

Carlos Agne

O depoimento das duas testemunhas, o ex-gerente e o atual de Recursos Humanos da Casan, Valmir Ferreira da Silva e Carlos Fernando de Moraes Barros, respectivamente, colhido na tarde de segunda-feira (8) pelos deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito da Casan, consolidaram as suspeitas de má gestão por parte da direção da empresa que resultou em mais de 890 ações trabalhistas. A CPI, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), volta a se reunir nos dias 22 e 29, quando ouvirá os presidentes de oito sindicatos que representam os servidores nas reclamações judiciais.

Ao ser inquirido pelo relator, deputado Mauro Mariani (PMDB), Carlos Barros assinalou que o processo de terceirização dos serviços custam mais caro para a empresa e ainda

confirmou que servidores indicam familiares para leitura de hidrômetros, corte, ligação e reparos de rede. Disse que o descontrole gerencial e das escalas de trabalho oportunizou a muitos servidores o ganho de causa nas ações impetradas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no que diz respeito às horas extras. "A diretoria descumpriu o que determinou a Justiça e os valores foram aumentando até chegar no absurdo da suposta dívida de R\$ 207 milhões", observou Mariani.

Documentos

O ex-gerente Valmir Ferreira da Silva, ao ser questionado pelos deputados Antonio Carlos Vieira - Vieirão (PP), João Rodrigues (PFL) e Pedro Baldissera (PT), confirmou conhecer o documento que deveria ser enviado para o Conselho de Política Financeira (CPF), alertando que o não cumprimento judicial iria comprometer a situação financeira

da empresa. "Eu estava junto quando o documento foi elaborado e não sei como a cópia foi parar dentro dos processos das ações trabalhistas. Alguém deve ter subtraído", disparou. Ele citou as pessoas que tinham conhecimento do problema e que devem ser chamadas a depor na CPI, como o ex-diretor Edelmo Naschvenger, Manoel Sergio de Medeiros, Charles Fernando Schroeder (já ouvido, mas deve depor novamente) e as secretárias Deise Borges, Márcia Ceola e Brasília Estácio.

O advogado Rubens Machado, ex-geren-

te da Consultoria Jurídica, entregou para a CPI uma série de documentos que o isentam de ligações com o advogado José Battistella. Seu nome foi ligado àquele profissional nos depoimentos já obtidos pela Comissão, como indiciado em inquérito administrativo da empresa por supostas facilidades em acordos de reclamações trabalhistas de servidores atendidos por Battistella e, em contrapartida, recebia clientes daquele profissional para atender casos de processos de acidentes de trabalho.(CA)



Carlos Fernando de Moraes Barros



Relator, Mariani, presidente, Dionei e o depoente Valmir Ferreira da Silva

Segurança Pública encerrou ciclo de audiências

Documento com diagnóstico elaborado sobre as soluções, problemas e reivindicações dos catarinenses levantados nos fóruns de debate para melhorar o setor será encaminhado no final de outubro para o governo do Estado

Carlos Agne

Buscando efetuar um diagnóstico sobre a real situação da segurança em Santa Catarina, a Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado João Rodrigues (PFL), realizou 16 audiências públicas que iniciaram no dia 23 de abril, em Florianópolis, e terminaram no último dia 28, em São José. As deficiências e sugestões de soluções ouvidas da população, lideranças políticas e da sociedade organizada se transformará num grande relatório que será entregue no final de outubro ao secretário João Henrique Blasi.

Na sequência de Florianópolis, os membros da Comissão, deputados Lício Mauro da Silveira (PP), Wilson Vieira - Dentinho (PT), Ronaldo Benedit (PMDB), Dionei Walter da Silva (PT), Narcizo Parisotto (PTB) e Nil-

son Nelson Machado - Duduco (PP) percorreram as cidades de São Miguel do Oeste, Chapecó, Joinville, Blumenau, Mafra, Canoinhas, Concórdia, Joaçaba, Araranguá, Criciúma, Tubarão, Lages, Rio do Sul, Itajaí e São José. Em todos os municípios lideranças políticas, comunitárias, sindicais e de associações das regiões visitadas apresentaram o mapa da situação e as reivindicações prioritárias que, invariavelmente, abrangem aumento do efetivo policial, prevenção e repressão ao tráfico e uso de drogas (apontado como a principal causa da ocorrência de delitos), criação dos Conselhos Municipais de Segurança, incentivo para os Centros de Internamento Provisório (CIPs) para menores e construção e adoção de critérios para a escolha do local para a instalação de unidades para o sistema prisional.

Radiografia - "Não acreditávamos que as deficiências no setor da segurança pública fossem tantas. Detectamos problemas como a falta de vagas nos presídios, falta de estrutura nos estabelecimentos penais onde os presos, na sua maioria, não possuem mínimas condições para cumprir a pena, desmotivação das tropas das Polícias Militar e Civil pelos baixos salários que recebem e ainda a falta de efetivo. Além disso, concluímos que o aumento da criminalidade tem como causa o tráfico e o uso de drogas. No relatório que entregaremos ao secretário Blasi apontaremos alternativas para tentar reduzir o caos em que se encontra a nossa segurança pública", relacionou João Rodrigues, enfatizando a importância da Assembleia ter percorrido o Estado, ouvindo e conhecendo as condições em cada região.

Abandono de menores infratores aumenta riscos

Durante a realização das audiências públicas, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) fez questão de incluir no cronograma de visitas a passagem da Comissão de Segurança pelos Centros de Internamento Provisório (CIPs) de cada município. "Os CIPs possuem uma super estrutura para abrigar pouca gente e praticamente não apresentam resultados. No período de 45 dias, em que ficam internados, o Estado gasta grande numerário que poderia ser aplicado em Centros de Educação e Reabilitação (CER), aproveitando a própria equipe técnica do CIP, fazendo um tra-

balho bem mais produtivo para recuperação da criança ou adolescente detido", observa Silveira.

Ele também sugere que o Estado implante centros ou hospitais para a recuperação de drogados além de realizar investimentos na educação dos menores antes do delito. "Um exemplo disso vimos em Itajaí. Lá a prefeitura fez convênio com o Estado e tem centro de convivência onde as crianças passam praticamente todo o dia ou os períodos em que ficariam na ociosidade. É uma forma de prevenir a delinqüência desses menores", concluiu.

O que querem os catarinenses:

1 - São Miguel do Oeste

- Recursos humanos, melhores salários para os policiais e definição mais clara de funções na Polícia Civil, para evitar a sobrecarga de trabalho
- Transformação do Detran em autarquia
- Instalação de mais um posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-163, que possui 181 km em área de fronteira
- Construção de presídio regional

2 - Chapecó

- Implementação de mais três distritos policiais no município
- Aumento de vagas para menores infratores nos CIPs, continuidade dos programas que atendem os menores e parceria efetiva com as escolas para a sua reintegração
- Ampliação em 100 vagas na área de segurança máxima da Penitenciária Agrícola

3 - Joinville

- Aumento no número de funcionários e de recursos estaduais para a compra de materiais no Presídio de Joinville
- Aumento do efetivo policial e de delegados
- Políticas de inclusão social e clínicas públicas para a recuperação de drogados

4 - Blumenau

- Equanimidade na distribuição de número de policiais (em Blumenau são 283 enquanto Florianópolis tem 980)
- Agilidade na conclusão de inquéritos policiais
- Programas e ações para combater o tráfico de drogas nas escolas
- Construção do presídio fora do perímetro urbano

5 - Mafra

- Ampliação de vagas nas unidades prisionais (a atual casa de detenção local tem capacidade para abrigar 72 apenados, mas está com 160)
- Construção de um muro no presídio
- Necessidade de pelo menos mais 30 policiais militares. Atualmente são 92, para atender uma população de 55 mil habitantes e ainda prestar auxílio na fiscalização da Fazenda e Cidasc

6 - Canoinhas

- Construção de um presídio. A cadeia pública foi demolida e a obra de uma nova casa de detenção acabou sendo embargada pela prefeitura a pedido da comunidade
- Aumento de efetivo em 86 policiais para melhor proteger a população
- Construção de um CIP

7 - Concórdia

- Contratação de oito investigadores, três escrivães e dois delegados
- Ativar o CIP, construído há quatro anos, e desativado até hoje
- Melhorar nas condições de trabalho, compra de equipamentos (armas e munição, inclusive), treinamento e melhores salários para o pessoal da Segurança

8 - Joaçaba

- Construção de presídio
- Solução para repasse de recursos ao CIP. Há seis meses o Estado não repassa recursos para o CIP, que é administrado pela Apae. A dívida é de R\$ 38 mil e, em função disso, três funcionários estão com ações trabalhistas contra o governo

9 - Araranguá

- Moradores de Espigão da Pedra são contrários à construção de uma penitenciária agrícola na localidade
- Aumento dos efetivos policiais
- Melhores salários para os policiais

10 - Criciúma

- Instalação de uma delegacia de Polícia Federal em Criciúma para o combate ao tráfico e consumo de drogas
- Aumento de vagas carcerárias
- Aumento de efetivos

11 - Tubarão

- Construção de um novo presídio no município
- Intensificação das ações para o combate ao tráfico de drogas
- Aumento dos efetivos

12 - Lages

- Aumento dos efetivos
- Campanhas de prevenção às drogas
- Vagas carcerárias
- Contratação e treinamento de mais funcionários para o presídio
- Atividade para ocupar o tempo ocioso dos presos

13 - Rio do Sul

- Aumento dos efetivos
- Qualificação do pessoal
- Construção de um novo presídio

14 - Itajaí

- Construção de uma penitenciária fora do perímetro urbano.
- Intensificação do combate ao tráfico de drogas
- Solução para o Presídio de Balneário Camboriú que fica no centro da cidade e está superlotado
- Aumento de efetivos
- Criação de um hospital destinado aos viciados
- Construção de um muro que circunde as instalações do CIP e gradeamento sobre área onde os internados tomam sol

15 - São José

- Aumento dos efetivos
- Prevenção e repressão ao tráfico e uso de drogas
- Criação dos Conselhos Municipais de Segurança
- Incentivo para os CIPs



(Fonte: Relatório dos Santos)

Duas faces do mesmo problema

Tatiana Kinoshita

Formado em administração de empresas, casado há 16 anos e pai de cinco filhos, o ex-presidiário Jocenir Prado, 52 anos, sofreu na pele o descaso da sociedade e do Poder Judiciário com o sistema penal. Durante quase quatro anos, ele ficou preso nas penitenciárias do Carandirú e Avaré - capital e interior de São Paulo - por roubo de cargas. Crime do qual conseguiu provar ser inocente. Para manter tanto a integridade física quanto moral, Jocenir escrevia cartas e poemas para os presos. O mais famoso deles, Diário de um Detento, tornou-se o single

mais famoso da banda de rap Racionais do Brasil. Agora sua história irá virar filme, assim que o autor escolher o cineasta. Nesta entrevista, Jocenir conta ao AL Notícias sua experiência como presidiário e faz uma leitura de quem viveu no sistema penitenciário brasileiro.

AL Notícias - Por que você foi preso?

Jocenir Prado - Fui acusado de roubo de cargas. Na verdade foi uma armação da polícia que consegui provar enquanto estava preso.

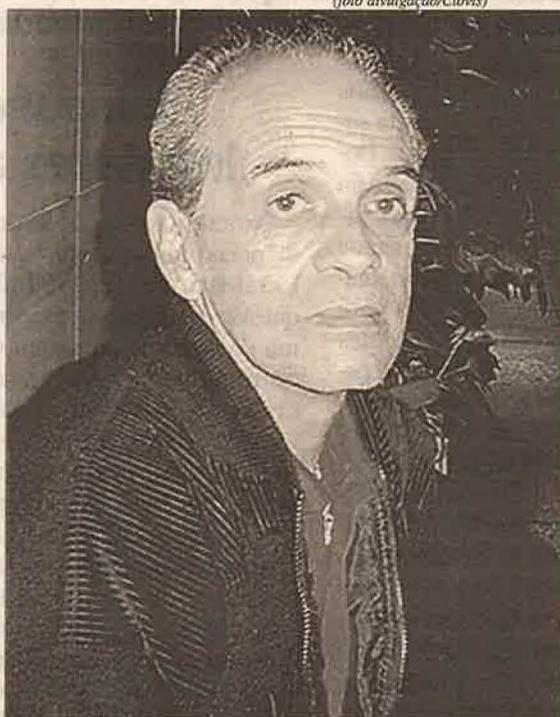
AL Notícias - Qual a leitura que você faz a respeito do sistema penitenciário brasileiro?

Jocenir Prado - O sistema prisional brasileiro não funciona. O Judiciário atribui ao Estado obrigações que ele não cumpre, já que não consegue recuperar o preso. Dentro da cadeia vemos mentes ociosas,

que abrem campo para o uso e, posteriormente, tráfico de drogas. Não existe trabalho ocupacional e nenhum outro projeto que ensine o preso a ler. Cerca de 90% dos presos são semi ou analfabetos.

AL Notícias - Na sua opinião, o que precisa se fazer para mudar este quadro?

Jocenir Prado - Primeiramente, a sociedade precisa parar de ficar fazendo manifestações nas ruas, exigindo uma atitude do Estado, que há anos é ineficaz, e ela mesma botar a mão na massa. A comunidade pode trabalhar antes, com jovens da periferia, através de projetos sociais, para que eles tenham outra opção na vida que não seja o crime. É muito fácil culpá-los, mas para eles o crime já virou a única opção de profissão para realmente ganhar dinheiro. Precisamos



Jocenir Prado, ex-presidiário

trabalhar para que não haja novos presidiários.

AL Notícias - O que você acha das penas alternativas?

Jocenir Prado - Seria uma boa saída para evitar a superlotação nos presídios. Existe um contingente imenso de presidiários, que são meninos capturados com drogas e enquadrados como traficantes. Na maioria dos casos, eles são pequenos aviões que vendem pequenas

quantidades de drogas para ganhar uma quantidade menor ainda. Quando eles caem nos presídios, acabam se tornando bandidos de verdade ou morrem em consequência de dívidas de drogas dentro das prisões. As penas alternativas evitariam isso.

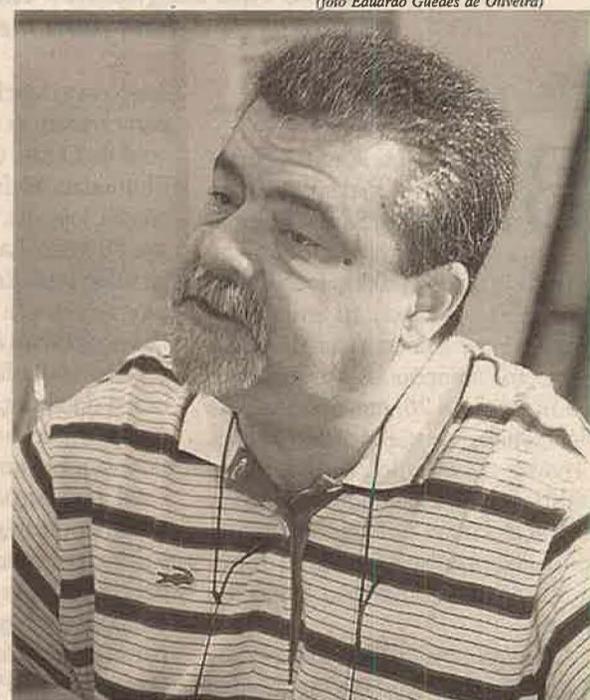
AL Notícias - Como era o seu cotidiano dentro da prisão?

Jocenir Prado - Enquanto estava no Carandirú minha vida era um inferno. Lá existe uma lei própria, que não pode ser desobedecida, senão paga com a própria vida. Depois fui transferido para o presídio de Avaré. Lá comecei a escrever cartas e poemas para os presos. Resolvi escrever um diário para não enlouquecer, já que não tinha nada para fazer. Um de meus poemas virou música nas mãos do grupo Racionais do Brasil e foi um sucesso. Hoje vendo os meus livros quase que de porta em porta.

AL Notícias - O livro também vai virar filme?

Jocenir Prado - Estou negociando os direitos autorais com dois cineastas, mas por enquanto é só. Acredito que no ano que vem, começaremos a filmar.

Dórian Ribas Marinho, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, trabalha nesta área há 30 anos. Advogado criminal, este carioca, radicado há 13 anos em Florianópolis, é especialista em assuntos de segurança pública. Suas idéias, muitas vezes, levantam questionamentos com os quais a sociedade não está acostumada a concordar. Defensor das penas alternativas, Dórian acredita que se o sistema penal não mudar radicalmente nos próximos anos, o resultado será igual ao de uma bomba atômica.



Dórian Ribas Marinho, da Comissão de Direitos Humanos da OAB

AL Notícias - Atualmente como está o sistema penitenciário no país?

Dórian Marinho - A sociedade optou pela perda da liberdade para quem comete um crime, o que custa muito caro. As verbas públicas não chegam à administração criminal, a não ser para a construção de novos presídios. A preocupação é fazer média com a população. Não há uma pretensão de se ressocializar o preso. Isso não é um mal só de Santa Catarina, mas de todo o Brasil. A população carcerária soma hoje 350 mil pessoas em todo país e conta apenas com projetos sociais de velhinhas bem intencionadas, mas que não resolvem o problema. A sociedade coloca essas pessoas em um buraco e quer que elas saiam boazinhas.

AL Notícias - Qual a alternativa para diminuir a população carcerária no país?

Dórian Marinho - Penas alternativas. Entretanto, elas não são aplicadas, não porque os juizes são malvados, mas porque não se tem a garantia de que, efetivamente, elas serão cumpridas. O Poder Executivo, que é quem faz a administração penal, não providencia a existência de uma central de penas alternativas, que congregue as instituições e fiscalize e garanta as aplicações das mesmas. Hoje um sujeito rouba uma galinha e vai preso. Deste jeito não há cadeia que dê conta.

AL Notícias - Existem casos de penas alternativas que são mal aplicadas. Por exemplo, um sujeito bêbado causa um acidente e mata uma pes-

soa. Ele pega uma pena alternativa, paga meia dúzia de cestas básicas e o caso é encerrado. O que fazer para este tipo de coisa não acontecer?

Dórian Marinho - Normalmente, isso acontece porque o dono do carro era uma

pessoa poderosa da sociedade. Isso é um jogo de interesses. O que importa para a sociedade é achar que tem muitas pessoas presas e que, com isso, nossa segurança está garantida. Isto é uma questão meramente psicológica. Tanto faz ele ter cometido um erro sério, como assassinato, como ter roubado uma galinha. O Estado aposta na reincidência e se faz de surpreendido, apesar de ser o grande

organizador. Não há um sindicato de ladrões, mas quando o crime é organizado ele é muito mais que o Estado.

AL Notícias - O problema de estrutura vem da falta de verbas ou da má administração dela?

Dórian Marinho - Temos incompetentes no Estado que gastam milhões, mas não resolvem nada. Precisamos investir mais em uma polícia que saiba investigar. Quanto ao preso, a melhor maneira de se tratar é lhe dando educação. Na Alemanha, um sujeito pode fazer até faculdade de dentro da cadeia, através do ensino a distância. Ele realmente é recuperado. Aqui no Brasil o ensino a distância já sofre preconceito. Acontece que o crime sustenta uma boa parcela da sociedade. Não teria a polícia, Poder Judiciário e advogados sem o crime. Enquanto não nos conscientizarmos que a situação precisa ser mudada, tudo só tende a piorar e a sociedade não terá como pagar uma dívida que ela mesma começou.

O que importa para a sociedade é achar que tem muitas pessoas presas e que, com isso, nossa segurança está garantida. Isto é uma questão meramente psicológica.

Comissão de Serviços Públicos analisa reajuste

Aprovado por maioria pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), presidida pelo deputado Antônio Ceron (PFL), o Projeto de Lei nº 222/03 passa agora pela Comissão de Trabalho e Serviços Públicos (CTSP). Na CFT, a matéria foi relatada pelo deputado Nelson Göetten de Lima (PFL), que acatou as alterações propostas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) através de substitutivo formulado pelos deputados Afrânio Boppré (PT) e Celestino Secco (PP).

Em seu parecer, Göetten defende que a receita do Estado teve um incremento de 23,8% nos seis primeiros meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2002, além de passar por um incremento ainda maior com a instituição do Programa Catarinense de Revigoração Econômico (Revigorar), aprovado na semana passada. Ele defendeu ainda que o reajuste estará dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O vice presidente da CFT, Dionei Walter da Silva (PT), diz que não está se impondo ao Executivo o percentual de reajuste aprovado, e sim autorizando, dentro das possibilidades abertas pelo incremento de arrecadação que seja recuperado as perdas da inflação. O deputado Rogério Mendonça (PMDB) defende que a intenção do governo, implícita na proposta original, é de reduzir a diferença entre o



Ao chegar no plenário, cujas galerias estavam repletas de professores e outros servidores públicos vindos de diversas cidades, o projeto gerou polêmica entre os parlamentares e o público

maior e o menor salário que hoje, segundo ele, é de 70 vezes. O líder do governo Herneus De Nadal diz que a mudança feita pela oposição para a concessão de reajuste linear inviabilizará a discussão de reposição dos demais setores, como o da segurança pública, que por seis meses discutiu a proposta que já foi enviada à Assembléia através de um outro projeto de lei.

Os votos contrários foram dos parlamentares da base governista: Rogério Mendonça (PMDB), Manoel Mota (PMDB) e Clésio Salvaro (PSDB), que estava substituindo o deputado Jorginho Mello. Foram favoráveis ao parecer do relator os petistas Dionei Walter da Silva e Wilson Vieira - Dentinho, os progressistas Reno Caramori e Antônio Carlos Viei-

ra e os pefelistas Nelson Göetten e Antônio Ceron.

Abono - A CTSP também vai apreciar a proposta de abono. O Projeto de Lei nº 223/03, de origem do Executivo, teve rejeitado na CFT o relatório do deputado Rogério Mendonça - Peninha, que retomava proposta inicial de abono de R\$ 100 aos servidores e de mais R\$ 50 aos professores em sala de aula. Peninha queria a rejeição da proposta aprovada na CCJ com substitutivo global do deputado Afrânio Boppré (PT), que tratava de forma diferenciada o magistério transformando o abono em reajuste de 13,5% e mantém o abono de R\$ 100 para as demais categorias. Na discussão deste projeto, o professor Edson Martinelli, que fez a defesa da proposta original do go-

verno, disse que o abono é emergencial. "É uma forma de não incorrer no erro da gestão anterior que concedeu reajuste a contágotas". A presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Marta Vaneli, defendeu junto aos cerca de 400 professores que lotavam as galerias e o plenário que a

proposta de abono, como foi enviada pelo governo, desestruturaria a tabela salarial do magistério que é baseada na formação do professor, tempo de serviço e cursos de aperfeiçoamento.

Plenário - Líderes de bancada fizeram uso da tribuna na de-

fesa de suas posições sobre as propostas. O líder do governo lembrou que o aumento prevê a diminuição salarial que existe hoje entre os servidores do Estado. "Vamos trabalhar categoria por categoria. Mas, por enquanto, este é o melhor que podemos fazer, uma vez que é o governo que vai pagar a conta no final do mês. Portanto temos que ser coerentes", salientou Nadal.

"O projeto recebeu emendas e acreditamos que hoje é o melhor possível a ser feito", comentou Boppré. O líder do PP, Joares Ponticelli, afirmou que este aumento é tão pequeno que é um desrespeito ao servidor catarinense. "Se o governo não tivesse dinheiro em caixa para proporcionar um aumento decente, como fez então para criar 45 secretarias, sendo que 29 só do interior, que acabou virando um cabidago de empregos?", questionou. (SD/TK)



Magistério estava dividido

Agenda

Dia 15, 9 h - Audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - "Humanização do sistema prisional"

Local: Plenarinho

Dia 15, 19 h - Comissão de Educação - Entrega de medalha "Antonietta de Barros" em homenagem a pessoas físicas e jurídicas que realizaram relevantes trabalhos na defesa dos direitos da mulher

Local: Plenário

Dia 15, 19 h - Abertura da exposição do artista plástico Rogerio Martins

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 16, 19 h - Sessão solene em homenagem aos atletas catarinenses que participaram dos Jogos Pan-americanos de Santo Domingo - 2003

Local: Plenário

Dia 17, 18h30min - Audiência pública das Comissões de Justiça e de Educação - "Reserva de vagas na Udesc para alunos egressos da rede pública de ensino"

Local: Plenário

Dia 18, 20 h - Projeto Santa Catarina Canta e Encanta

Local: Plenário

Dia 19, 9 h - Comissão de Agricultura - 1º Seminário Estadual sobre Gerenciamento das Bacias Hidrográficas

Local: Plenário

Simone Schramm filia-se ao PMDB

No último sábado (6), em Joinville, lideranças políticas da região da Amunesc (Associação dos Municípios do Nordeste de SC) e o líder do PMDB na Assembléia Legislativa, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), representando o governador, prestigiaram a filiação da deputada Simone Schramm no PMDB. Um grande número de secretários municipais, prefeitos e vice-prefeitos peemedebistas compareceu ao ato, quando lideranças de outras siglas aproveitaram a ocasião para também se filiar ao partido de Luiz Henrique da Silveira.

A parlamentar reiterou que, após 27 anos dedicados ao magistério, conquistou um livre trânsito para a discussão política com todos os partidos. "A aceitação foi muito boa, pois sem-

pre pautei minha atuação no respeito, buscando a ampla discussão para escolher o melhor caminho". Sobre a possibilidade de ser candidata à vice-prefeita em Joinville, Simone destaca que, a princípio, o seu projeto político é cumprir com eficiência o mandato na Assembléia, ser reeleita, pleitear uma vaga na Câmara Federal e, finalmente, ser candidata à prefeita na sua cidade. "Mas, como filiada do PMDB, aceito o que os meus companheiros decidirem em consenso".

Para Peninha, o encontro demonstrou que as lideranças do PMDB da região foram unânimes na aceitação da deputada pelo trabalho atuante que desenvolve. Adiantou que Simone irá substituí-lo na CPI da Udesc, proporci-



Deputada Simone Schramm

onando um crescimento do partido não só nos municípios da Amunesc, mas em outras regiões, como o Alto Vale do Itajaí, sua área de abrangência política. (RV)

Rir é o melhor remédio

*“E-e-eu era ga-ga-ga-ga-ga-gago/ Ma-ma-ma-ma-mas agora e-e-eu estou curado.
Eu gagueja-ja-ja-ja-va noite e di-di-di-di-dia/ Era um trabalho ninguém mais me entendia!”*

Carlos Agne

Ao ritmo dessa música, com som de violino, cavaquinho, tambor e apitos, mais de 15 abnegados acadêmicos de cursos da área da Saúde, da Unisul de Tubarão, invadem os corredores do Hospital Nossa Senhora da Conceição, atraindo a atenção dos pacientes que, por alguns momentos, trocam a dor e o sofrimento pelo conforto e o amor que contagia com risos, através da arte dos Terapeutas da Alegria. O idealizador do projeto, que está servindo de ponto de referência ao Ministério da Saúde para ser ampliado para dezenas de universidades do país, Thiago Demathé, observa que não é recente, aliás, é quase tão antiga quanto à própria profissão a idéia de que o profissional da saúde deve ser imparcial com seu paciente, ou que para “suportar” todas as dificuldades as quais se depara, ele não deve se envolver emocionalmente.

“Devido a esses antigos preceitos, observamos uma dificuldade de comunicação e relacionamento entre profissionais da saúde e pacientes, pois, a partir do momento em que é assumida uma posição de distanciamento e, muitas vezes, de superioridade, os processos de comunicação são dificultados pela falta de interação, o que não é difícil de compreender. Este comportamento diminui a qualidade do atendimento:



Chegada dos Terapeutas da Alegria surpreende pacientes

desde a falta de informações na obtenção da história clínica ou até mesmo no decorrer do tratamento, onde o paciente, muitas vezes, o faz de forma errada e omite tal falha ao médico, por medo de ser criticado”, explica.

Demathé observa que em pacientes pediátricos a dificuldade de comunicação interfere ainda mais no processo. “As crianças, muitas vezes, resistem aos procedimentos

médicos, tornando-se estressadas, devido à falta de confiança estabelecida através de uma interação mal sucedida. Sabemos que, ao procurar o serviço de saúde, o paciente se encontra debilitado fisicamente e psicologicamente, sendo necessária a prática de um atendimento integral, não voltado exclusivamente à doença, mas sim ao paciente, e para isso é necessário interação e comunicação”.

Pioneirismo com acadêmicos

Thiago Demathé considera que seu grupo é o pioneiro no envolvimento de acadêmicos das mais diversas áreas da saúde na atividade que leva sorrisos aos pacientes, mas cita que no Brasil existem vários grupos de atores que realizam esse trabalho. Um deles é o grupo Doutores da Alegria, que conta com o patrocínio e apoio de organizações privadas e das doações e mensalidades de sócios contribuintes. O objetivo das ações do grupo é possibilitar às crianças e adolescentes hospitalizados, suas famílias e profissionais na área da saúde a experiência da alegria, pura e simples, em meio à tensão do ambiente hospitalar.

Também serve como inspiração e estímulo o filme baseado em fatos reais, *Patch Adams – O amor é contagiado*, estrelado por Robin Williams. No filme, o personagem Hunter (Patch), após tentativas de suicídio, é internado em um hospício e descobre que ajudando as pessoas e as fazendo sorrir ele consegue encontrar o sentido de sua vida. Ele resolve, então, ser médico e ajudar as pessoas, mas quer usar outras técnicas para curar, não somente a medicina dos livros. Quer levar alegria, amor a seus pacientes e um contato maior entre os médicos e hospitalizados.



No plantão de besteirologia, terapeutas emocionam a todos no hospital

Apresentação emociona pacientes e familiares

A chegada dos Terapeutas da Alegria nas enfermarias e quartos do hospital muda o cenário de sofrimento dos pacientes. Nos plantões de “besteirologia”, como identificam esse momento, dois dias por semana encarregam-se de tratar da “veia cômica” dos jovens pacientes e o que era tristeza se transforma no sorriso das crianças e adultos que, embalados no ritmo circense, esquecem da dor, absorvendo uma relação de amor contagioso.

O menino Antonio Carlos Alves Dias Júnior, de cinco anos, sofreu acidente com sua bicicleta, em Imaruá. Convalescendo, acompanhado de seu pai, suas feições mudaram quando conheceu os terapeutas. “Foi um momento ímpar para meu filho. Ele conseguiu esquecer a dor e a trocou por momentos de

felicidade. Essa turma é ótima.”, disse emocionado o pai.

A anciã Antonia dos Santos Rodrigues, de 73 anos, residente em Laguna, que se recupera de problemas vasculares, também viveu momentos de felicidade. “Cheguei ao hospital há uma semana e quando estava no corredor, esperando atendimento, fui surpreendida por esses meninos. Fiquei emocionada e chorei muito. Agora a volta deles no quarto me dá a sensação de muito amor e carinho. É muito bonito”, elogiou. Rafael de Oliveira, de 12 anos, também mudou a aparência com a chegada dos acadêmicos-terapeutas e riu muito das brincadeiras e músicas da trupe. “Eles são ótimos e muito engraçados”, diz em meio a gargalhadas.

Relação de humanização dá origem aos Terapeutas

A partir do entendimento de que devia existir a humanização no atendimento ao paciente, foi criado o projeto Terapeutas da Alegria, composto por uma equipe de acadêmicos e profissionais da saúde de diversos segmentos que desenvolvem o espírito interdisciplinar e generalista no atendimento ao paciente, exercitando uma abordagem integral e mais humana. Assim, eles têm como objetivo principal: propiciar a criação de um ambiente que tenha maior preocupação com o

bem-estar do paciente, auxiliando na qualidade do atendimento nos estabelecimentos de saúde e sempre buscando a integração entre humanização e profissionalismo. Para isso, utilizam a música, o teatro, a expressão corporal e o bom humor como ferramentas facilitadoras nas relações de interação, ou seja, para aumentar o vínculo entre o comunicador (“terapeutas”) e o receptor (pacientes, acompanhantes, funcionários e os próprios acadêmicos), alcançando o objetivo final proposto.



A dor e o sofrimento se transformam em alegria